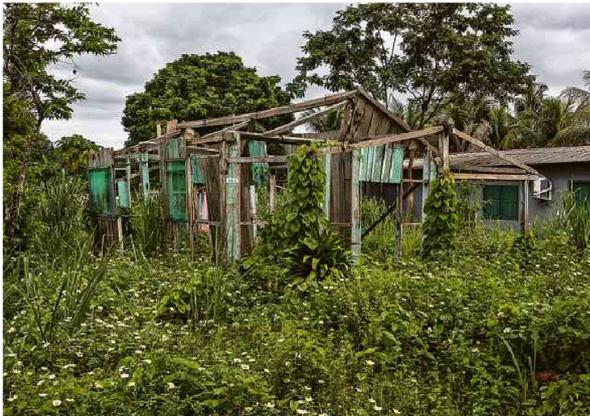


ambiente

Continuação da pág. B5



Acima, moradores da comunidade quilombola de Pedras Negras, em Rondônia, preparam trilhas para escorar a coleta de castanhas; abaixo, casa abandonada na comunidade do Forte Príncipe da Beira Fotos Lalo de Almeida/Folhapress

A borra-cha amazônica, no entanto, foi perdendo importância econômica após o fim do segundo ciclo, encerrado com a Segunda Guerra (1939-1945). A pressão mais recente ocorreu a partir das décadas de 1960 e 1970, com a chegada de colonos a Rondônia. Disputas territoriais, a decadência da navegação fluvial e a falta de escolas levaram centenas de famílias a deixarem as comunidades quilombolas rumo à cidade.

“Era uma comunidade isolada das estradas, mas não do rio porque o barco passava. A gente sabia o dia, os horários, produzia farinha e borra-cha”, afirma o funcionário público Juracyr Nogueira de Menezes, 55, ex-morador da comunidade de Santo Antônio.

“Há falta de assistência. Santo Antônio está sem energia desde novembro. Nessa era em que estamos hoje, é difícil para a pessoa ficar ali. E esse jovem não tem estrutura para ficar na cidade, muitos pegam o caminho da droga, o mais fácil, e acaba morto ou preso.”

Esvaziada, Santo Antônio é uma das seis comunidades à espera de regularização. As poucas famílias que restaram produzem principalmente farinha d’água. Com a falta de energia, a internet não funciona. Para piorar, o telefone público estava quebrado havia dois meses quando a reportagem visitou a comunidade, no final de janeiro. O imbróglio ali envolve a Reserva Biológica do Guaporé, criada em 1982. A unidade de conservação, que profere qualquer tipo de ocupação humana, incluindo o território quilombola, ignorando os moradores que habitam o local há mais de 200 anos. Via assessoria, o Incri informou que, para regularizar, é

Em dois anos sob Bolsonaro, o Incri tituló parcialmente duas comunidades quilombolas, Invernada Paiol de Telha (PR) e Rio dos Macacos (BA)

Na Amazônia, o principal porto de entrada dos africanos escravizados foi Belém — o Pará é o estado com mais comunidades quilombolas do Norte. A região abriga 369 comunidades, 11% das reconhecidas do país

necessária a desafetação por meio de um projeto de lei a ser aprovado pelo Congresso, um cenário distante.

Em Pedras Altas, os comunitários afirmam que a falta de titulação dificulta a comercialização formal da castanha-do-Pará. Eles preferem vender para bolivianos, do outro lado do rio, atividade que tem sido alvo de repressão policial. Outra fonte de renda é o turismo de pesca, por meio de pousadas administradas pelos próprios quilombolas. Segundo o Incri, o processo de regularização está na fase de publicação da portaria de reconhecimento, sem data para conclusão. Na comunidade Forte Prin-

cipe da Beira, a 25 km em estrada de terra de Costa Marques (RO), o conflito territorial é com o 1º Pelotão Especial de Fronteira (PEF), do Exército. Vizinhos da construção histórica e do quartel, os moradores dizem que os militares passaram a perseguir a comunidade após a decisão de regulamentar a área como território quilombola, no início deste século.

Ao longo dos últimos anos, foram inúmeros incidentes, desde proibição para abrir roça até impedir a venda de castanha do Pará para compradores bolivianos. A convivência melhorou após 2019, com a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) intermediado pela Justiça e pelo Ministério Público Federal, mas a titulação continua incerta.

“A região é de fronteira e de extremo interesse para as atividades militares, a fim de garantir a integridade do território nacional. O Exército não se opõe à regularização da situação dos ocupantes da área. Porém, por se tratar de local de fronteira, é preciso harmonizar os interesses de defesa territorial brasileira com a necessidade de regularização em questão”, afirmou a força armada. O Incri informou que o RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) foi concluído no final de 2020 e está sendo analisado pela procuradoria jurídica do órgão.

“Nós somos tolerados hoje pelo pelotão. Não é que somos aceitos nem que eles são bonzinhos”, afirma o presidente da associação quilombola, Elvis Pessoa, 42, filho de brasileiro com boliviana, arranjo comum na região. “Tem um decreto assinado pela equipe deles que diz que tem de ser assim.”

Colaborou Monica Prestes, de Manaus.

Este projeto foi patrocinado pela Climate News, um site britânico de notícias climáticas

Moraes suspende lei sobre uso de mercúrio em garimpo de RR

Ministro do STF considerou que a legislação representa riscos ao ambiente e afronta a competência da União

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu uma lei estadual de Roraima, sancionada neste ano, que autorizava o uso do mercúrio no garimpo. Moraes considerou que a legislação representa riscos à proteção ambiental e afronta a competência da União para estabelecer normas gerais sobre o tema.

A lei estadual 1.453/2021 fora proposta no fim do ano passado pelo governador Antônio Denarium (Sem partido). Sancionada em fevereiro, o texto facilitou a liberação do garimpo no estado e ainda liberou o uso do mercúrio, substância utilizada na extração de ouro e danosa para o meio ambiente e para a saúde.

A decisão cautelar, que ainda será submetida ao plenário da Corte, atende Ação Direta de Constitucionalidade ajuizada pelo partido Rede Sustentabilidade.

A ação argumentou que, além de autorizar o uso do

mercúrio, a legislação autoriza a dispensa de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Isso contraria, segundo a ação, as normas federais que admitem o licenciamento simplificado apenas para atividades de baixo impacto.

“A expedição de licenças ambientais específicas para as fases de planejamento, instalação e operacionalização de empreendimentos potencialmente poluidores não é arbitrária ou juridicamente indiferente: representa uma cautela necessária para a efetividade do controle exercido pelo órgão ambiental competente”, diz a decisão.

“O meio ambiente deve, portanto, ser considerado patrimônio comum de toda a humanidade para garantia de sua integral proteção, especialmente em relação às gerações futuras, direcionando todas as condutas do Poder Público estatal no sentido de integral proteção legislativa”, concluiu.

A lei aprovada em Roraima já havia provocado reação de entidades, como o Conselho

Indígena de Roraima. A entidade afirmou que a lei pode estimular crimes também em terras protegidas.

A Folha mostrou no início de fevereiro que a explosão do garimpo ilegal na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) encheu de rejeitos cacheiros próximas de Uiramutã, sede do 6º Pelotão de Fronteira do Exército. A região é um dos principais pontos turísticos de Roraima.

Em 2019, a TIRSS sofreu as primeiras invasões de garimpeiros desde que a demarcação havia sido homologada, 11 anos antes. Para lideranças indígenas, eles são estimulados pelas promessas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para legalizar a atividade. A proposta tramita no Congresso e é considerada prioritária pelo Planalto.

Em Roraima, a invasão de garimpeiros contou com o apoio do senador licenciado Chico Rodrigues (DEM), flagrado pela Polícia Federal em outubro com dinheiro em sua cueca. A época do escândalo, era vice-líder do governo Bolsonaro no Congresso.



Imagem do videoclipe da música “Refloresta”, de Gilberto Gil Divulgação

Gilberto Gil, Lélia Salgado e Sebastião Salgado se unem em prol de florestas

SÃO PAULO Gilberto Gil está com a floresta na cabeça — de modo figurado, preocupado, e também literalmente no videoclipe de “Refloresta”, sua nova canção e o nome da campanha do Instituto Terra, de Lélia Deluiz Wanick Salgado e Sebastião Salgado. A ação busca falar sobre a importância da recuperação de áreas de floresta degradadas e foi lançada na noite deste domingo (21). A clipe teve realização da Amply, direção de Iví Roberg e produção Piloto.

A sede do instituto de Salgado, fotógrafo que acompanha a situação ambiental do Brasil, é um exemplo vivo de iniciativa de recuperação de áreas desmatadas. O local, que costumava ser uma fazenda de gado quando foi adquirida pela família dele, estava degradada.

O local é a RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Fazenda Bulcão, área de mata atlântica próxima ao Vale do Rio Doce. As RPPNs são Unidades de Conservação em propriedades privadas.

No momento, a RPPN de pouco mais de 600 hectares tem cerca de 2,2 milhões de árvores plantadas. A partir de agora, com o auxílio do grupo segurador Zurich, a propriedade vai receber outro milhão de mudas — a maior parte produzida no viveiro do próprio instituto, com sementes colhidas no entorno da fazenda —, de 120 espécies da mata atlântica.

Segundo o instituto, 100 mil mudas já estão sendo plantadas desde novembro de 2020. Agora, entre novembro deste ano e fevereiro de 2022, o plano é plantar 140 mil árvo-

res de 69 espécies.

O Instituto Terra afirma que cerca de 15 mil mudas foram obtidas de viveiros familiares locais.

O período de 2021 a 2030 é considerado pela ONU como a Década da Restauração de Ecossistemas. A mata atlântica é o bioma mais devastado do país, e o desmatamento recentemente voltou a crescer na floresta. Restam somente cerca de 12% de suas matas originais.

O reflorestamento, incentivado pela campanha, é uma ação importante, mas não é simples ou com efeitos ecológicos imediatos e identificados ao de florestas maduras. Então, enquanto isso, como diz a música de Gil, “manter em pé o que resta não basta”, então “o jeito é convencer quem devastou a respeitar a floresta”.